



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2022 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0003829-43.2020.4.01.8012)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARREIRAS PROTETORAS DE ACRÍLICO

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, foi elaborado o presente Termo de Referência para, através do procedimento legal pertinente, proceda-se à contratação de empresa para fornecimento e instalação de barreiras protetoras de acrílico na Turma Recursal e nas salas de audiência das Varas Federais da Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de barreiras protetoras de acrílico na Turma Recursal e nas salas de audiência das Varas Federais da Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária do Estado de Rondônia, conforme especificações, detalhes e quantidades abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<p>Fornecimento e instalação de barreiras protetoras de acrílico na Turma Recursal e nas salas de audiência das Varas Federais da SJRO, conforme projeto anexo I.</p> <p><u>Características técnicas</u></p> <p>Divisórias de proteção antiviral em acrílico cristal cast de 4mm para balcão medindo 80cm de altura - Características: Acrílico tipo incolor/cristal de 4mm de matéria prima 100% virgem, atóxico, com bordas polidas e acabamento arredondado, os seus vértices superiores deverão ter raio de curvatura igual a 1,00 cm.</p> <p>Os painéis serão fixados em mesas e balcões de forma que possibilite sua remoção e recolocação conforme necessidade, para fixação sugere-se a colagem com fita de silicone adesiva tipo dupla face VHB transparente (de largura igual a 19 mm, 3M ou equivalente técnico) e cantoneiras PVC ou alumínio, conforme necessidade. Todos os painéis deverão possuir o sistema de fixação com fita de silicone adesiva dupla face ou outra forma que possibilite a remoção e recolocação.</p> <p>Especificações gráficas e visuais estão dispostas no Projeto de Mesas (11572529).</p>	m²	102,89

2.2. A prestação dos serviços ocorrerá na sede da Seção Judiciária de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902.

2.3. A empresa deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo do material, mediante ateste na Nota Fiscal Eletrônica e/ou ateste através de documento SEI!,

emitido pelo Núcleo de Serviços Gerais - NUASG e Serviço de Engenharia - SEREN, prevalecendo a garantia oferecida pelo prestador de serviço, caso o prazo seja superior ao estabelecido neste instrumento.

2.7. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, quando do fornecimento dos materiais, nos casos que não dispuser de forma específica da descrição de cada material:

- I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

3.2. A contratada deverá respeitar a legislação e as Normas Técnicas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.3. A contratada deverá promover a destinação adequada dos resíduos dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, funilaria, pintura e substituição de peças, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305, de 2010, destinando os resíduos para a reciclagem ou para local autorizado pelo poder público para esse fim.

3.4. A contratada deverá oferecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução dos serviços.

3.5. A contratada deverá evitar o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, como excesso de embalagens.

3.6. A empresa contratada deverá declarar ter conhecimento das Políticas de Sustentabilidade do [Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região](#) e do [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](#) da Advocacia-Geral da União, e os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício e coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

3.7. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- 1) Lançamento em rios, igarapés ou em quaisquer corpos hídricos;
- 2) Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 3) Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 4) Outras formas vedadas pelo poder público, conforme legislação ambiental federal, estadual e/ou municipal.

3.8. A contratada deverá observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução Conama nº 267/2000.

3.9. Nos termos do Decreto n. 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n. 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

3.10. Para fins de comprovação, os materiais ofertados pelas licitantes deverão apresentar nos rótulos e/ou

prospectos oficiais dos fabricantes/importadores as informações correspondentes ao atendimento aos critérios de sustentabilidade dos produtos e processos de fabricação, em atendimento as determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. A adequação das salas de audiências com a instalação de barreiras protetoras de acrílico é uma medida de proteção contra a disseminação do vírus responsável pela pandemia da COVID-19. As barreiras evitarão contato direto entre os participantes das audiências, garantindo a segurança de todos.

4.2. Por se tratar de uma situação não permanente, as barreiras deverão ser móveis, podendo ser retiradas conforme necessidade.

4.3. Em que pese o teor do Despacho SJRO-Secad 13914944, para considerar na contratação todas as salas de todas as unidades da Justiça Federal em Rondônia, de ordem da Secad, por meio de contato telefônico com o Diretor do Nucaf, via Teams, por limitações orçamentárias e de prazo para execução do serviço, a Administração optou por atender, como inicialmente previsto, somente a Turma Recursal e as salas de audiências das Varas Federais da SJRO.

4.4. Subsidiou esse Termo de Referência o Estudo Técnico Preliminar - ETP n. 13978392, aprovado pelo Despacho SJRO-SECAD n. 14187209.

4.5. Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª região 2021-2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento do macrodesafio "Aperfeiçoamento na Gestão de Custos" para melhor prestação jurisdicional.

4.6. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COMUNS

5.1. Os materiais que compõem o objeto do presente termo de referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

6. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega dos materiais a serem adquiridos, como tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes.

6.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o valor unitário e total para o item.

6.3. Sagra-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o MENOR VALOR TOTAL DO ITEM, observando os valores unitários estimados pela Administração para o objeto.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

7.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nem ter sido declaradas inidôneas ou suspensas temporariamente de licitar com a Justiça Federal.

8. DA EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

8.1. Considerando que se trata de aquisição e entrega de materiais comuns de mercado, sem demais exigências

legais e específicas para o cumprimento do objeto, NÃO será exigido atestado de capacidade técnica.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Na proposta apresentada pelos licitantes deverão constar o número do item, o quantitativo, o valor unitário e total do item, bem como especificações técnicas do objeto.

9.2. A proposta deverá informar ainda a descrição completa, MARCA/FABRICANTE do material ofertado.

9.3. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

9.4. O pregoeiro poderá solicitar ainda ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá solicitar a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.

11. DA NOTA DE EMPENHO

11.1. A relação contratual, no caso do presente termo de referência, será formalizada pela Nota de Empenho de despesa, na forma do artigo 62, caput e § 4º, da Lei n. 8.666/1993, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA, submetendo-se as obrigações constante neste termo de referência, no edital de licitação, se for o caso, e na proposta comercial.

11.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

11.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

12. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados no prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO, localizado na **Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, de segunda-feira a sexta-feira das 08h às 17h**. Os materiais serão recebidos por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

12.2. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

12.3. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela **Núcleo de Serviços Gerais - NUASG e Serviço de Engenharia - SEREN**, e será efetuado no término da instalação do equipamento, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica.

12.4. Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

12.5. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo(a) Supervisor(a) da **Núcleo de Serviços Gerais - NUASG e Serviço de Engenharia - SEREN**, caso os materiais entregues e instalados estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

12.6. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do

material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

12.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

12.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade da instalação e do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia/validade do produto, quando da utilização desse material;

12.9. Caso o fornecedor não efetue a entrega no prazo de 30 (trinta) dias corridos poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio do(s) material(is), ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Requisitar o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa;
- b. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e permitir ao pessoal técnico credenciado e identificado da CONTRATADA, o acesso aos materiais e às instalações relativas ao objeto do presente Termo de Referência, para efeito de execução dos serviços, durante o expediente normal;
- c. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues e devidamente instalados por meio do gestor do contrato;
- d. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo gestor, do qual deverá consignar a razão da recusa dos materiais;
- e. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- f. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- h. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- i. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações.
- j. Designar pessoa para gerir, acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços previstos neste Termo de Referência através de Ordem de Serviço.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Caberá à CONTRATADA:

- a. Receber a nota de empenho enviada pelo gestor do contrato, por meio eletrônico, em e-mail fornecido pela contratada na proposta da licitação, consignando a data de recebimento e responsável, no prazo de até 02 (dois) dias após a remessa;
- b. A CONTRATADA deverá dar início aos serviços tão logo receba a Nota de Empenho.

- c. Prestar os serviços contratados, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, sempre por intermédio de técnicos treinados e habilitados com todo o ferramental, aparelhos, peças, materiais e equipamentos necessários;
- d. Entregar e instalar os materiais no prazo estipulado neste instrumento, acompanhada da nota fiscal;
- e. Substituir os materiais recusados no prazo estipulado neste instrumento;
- f. Comunicar ao gestor gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- h. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- i. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- j. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k. Conceder para todos os materiais e acessórios empregados garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo;

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada em conta-corrente da CONTRATADA, em parcela única, mediante apresentação da nota fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste do gestor no referido documento.

15.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa no Sistema SEI!, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

15.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

15.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

15.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

15.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

15.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

15.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

15.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- e. não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

16.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

16.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega/substituição dos materiais. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

16.4. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias corridos em que a administração decida por manter o contrato nos termos do item 12.9 do item 12. Pena: multa de 0,6% (seis décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso. Até 20 (vinte) dias corridos será calculado conforme item 16.3.

16.5. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

16.6. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

16.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

16.8. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

16.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

16.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

16.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

16.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

16.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

16.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

16.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

16.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

17. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

17.1. Considerando que a execução do objeto será realizada em prazo inferior a 12 (doze) meses, não será admitido reajuste por índice oficial de preços.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Considerando que se trata de fornecimento de objeto comum e com obrigação principal de até 30 (trinta) dias, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo Diretor do Núcleo de Serviços Gerais - NUASG, com auxílio do Serviço de Engenharia - SEREN, ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

19.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

19.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

19.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

20. DO VALOR ESTIMATIVO

20.1. A ser obtido em levantamento de preços pela SELIT - Seção de Compras e Licitações.

21. DA VISTORIA

21.1. A licitante poderá vistoriar o local onde será instalado o objeto até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto ao SEREN (Setor de Engenharia), de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, previamente marcada através do e-mail seren.ro@trfl.jus.br.

21.2. Após a vistoria, será expedido termo de vistoria pelo Supervisor da Seção ou outro servidor designado para as providências.

21.3. Em razão da possibilidade de realização da vistoria, não caberá às licitantes a alegação de desconhecimento das condições de prestação dos serviços como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou pleitearem eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

21.4. A licitante que optar por não realizar a vistoria, apresentará declaração de conhecimento de todas as condições locais e informações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.

22. DO ANEXO

22.1. Anexo I - Projeto de Mesas 11572529

HIÚNA RAIANE RAMOS ROSA

Seção de Material e Patrimônio

Supervisora em Exercício

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa**, **Técnico Judiciário**, em 15/02/2022, às 11:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15048409** e o código CRC **A9EB7904**.